COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ELABORAR PROPOSTA DE LEI ORGÂNICA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

REQUERIMENTO Nº , de 2015.

Requer a realização de audiência com representante do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública – CONSESP, do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil – CONCPC e das entidades que especifica.

Senhor Presidente:

Requeiro a realização de audiência para debater a elaboração da Lei Orgânica da Segurança Pública com os representantes das seguintes entidades:

- Bernardo Santana de Vasconcelos Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais e Presidente do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública;
- Dr. Eric Seba de Castro Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal e Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil – CONCPC;
- 3. Kléber Luiz da Silva Júnior Conselheiro Legislativo do Fórum Nacional das Entidades de Delegados de Polícia FONAED;
- 4. Benito Augusto Galiani Tiezzi Presidente do Sindicado dos Delegados de Polícia do Distrito Federal SINDEPO/DF;
- Marcos Leôncio Ribeiro Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal;
- Antônio Barbosa Gois Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.
- 7. Marilda Aparecida Pansonato Pinheiro Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

Desde a promulgação da atuação Constituição Federal, ainda não foi regulamentado o §7º do art. 144, que teria como principal função dispor sobre a integração dos órgãos de segurança pública.

Portanto, é improrrogável a discussão em torno da elaboração de uma lei orgânica nacional que reforce as atribuições definidas na Constituição Federal e disponha das formas de integração das instituições.

Nesse sentido, é imprescindível colher as contribuições dos Presidentes do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública - CONSESP e do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil – CONCPC, que poderão contribuir com os trabalhos, do mesmo modo que as entidades representantes dos dirigentes das polícias judiciárias.

Sala das Sessões, de julho de 2015.

Deputado GILBERTO NASCIMENTO